

# Luta das mulheres volta à cena mundial

\*Jussara Reis Prá

A *Greve Internacional de Mulheres* programada para 8 de março, Dia Internacional da Mulher, transborda as ações usuais dessa data do calendário feminista. À diferença de mobilizações anteriores, de apelo local, o foco atual visa ao coletivo a fim de fortalecer e unir as mulheres do mundo num apelo comum. A ideia é compartilhar uma nova agenda feminista internacional, preservada a autonomia das demandas e o histórico de lutas de cada nação e/ou região. Em linhas gerais, isso significa fomentar a interlocução entre o local e o global com base no conteúdo de agendas de diferentes latitudes.

O instituto da greve é demandado como instrumento político frente ao aumento de ofensivas neoconservadoras, direcionadas a tolher o avanço dos direitos humanos das mulheres. Daí o propósito de constituir alianças e desencadear massivas concentrações de rua para expressar as demandas das mulheres, defender direitos e protestar contra a violência patriarcal e as desigualdades de gênero. Alianças estas atreladas a uma bandeira comum, a da “solidariedade”, e a uma agenda feminista “inclusiva e interseccional” – pautada pelo respeito às desigualdades sociais, regionais e às diversidades de gênero, orientação sexual, classe, raça/etnia, idade, religião, deficiência e nacionalidade, entre outras.

A iniciativa do 8 de março configura uma ação internacional planejada e organizada por mulheres de dezenas de países ao redor do mundo. A paralisação é um dos eixos propulsores da ação e concebe um dia “sem mulher”, quer dizer, sem a presença feminina em lojas, escritórios, fábricas, instituições de ensino, mercados, locais de moradia, etc. A proposta de parar visa tornar visíveis as causas das mulheres em cada país ou região e, também, unificar ações contra a violência masculina (estupro, feminicídio, etc.), a exploração no trabalho e direcionadas à defesa dos direitos reprodutivos das mulheres. Seu desafio político é articular a abstenção ao trabalho produtivo e reprodutivo.

A ideia da greve emerge de um ciclo de paralisações, marchas e protestos. A sua partida foi o denominado *Outubro Feminista* de 2016, capitaneado por argentinas e polonesas. Sumariando as ocorrências do período, em três de outubro as polonesas tomam o país contra a restrição do acesso legal ao aborto, inclusive em casos de estupro e malformação fetal. Imediatamente os legisladores retrocedem. Situações semelhantes levam as coreanas às ruas em mais de uma oportunidade. As polonesas também retornam às ruas com a bandeira contra a violência de gênero. Em 19 de outubro, as argentinas protestam em massa contra a violência machista e a morte de uma jovem de 16 anos brutalmente violentada. Em Buenos Aires, uma multidão marcha sob a chuva pelo fim dos feminicídios e das agressões contra mulheres, repercutindo em diferentes cidades argentinas e em outros países

da região, entre eles Costa Rica, México, Chile, Paraguai e Brasil, para citar alguns.

Nesse ciclo, o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher (25 de novembro) demarca o início de ações locais solidárias, e o 8 de março, a ação mundial. Grupos de mulheres, militantes e intelectuais feministas de distintos continentes articulam movimentos de base com a competência de chamar as mulheres às ruas de seus respectivos países e, também, de projetar a grande manifestação internacional. As duas propostas recebem pronta adesão nas redes sociais (web sites, Blogspot, Youtube, Twitter, Facebook, e-mails, etc.) e permitem estabelecer o “Paro Internacional de Mujeres”, com o aporte do movimento argentino “Ni Una Menos”. Sobre a ação mundial, até o final de fevereiro os países participantes passavam de 40.

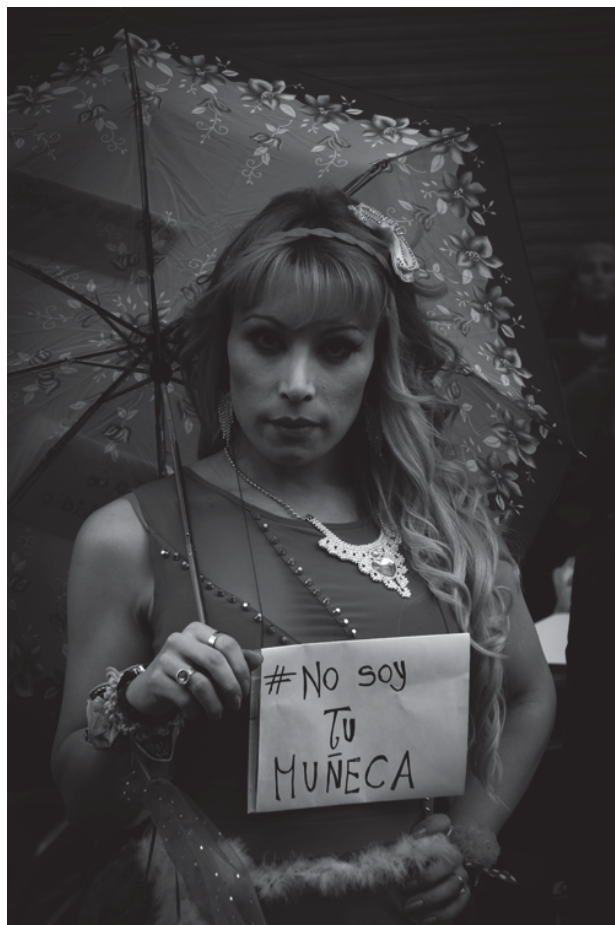
Um parêntese, por oportuno. A inspiração dessas articulações é atribuída ao “Dia de Folga das Mulheres”, realizado na

Islândia em 24 de outubro de 1975. Nesse dia, 90% das islandesas deixam seus postos de trabalho e protagonizam uma imensa manifestação nas ruas do país. Na ocasião, em vez de ir aos locais de trabalho, fazer tarefas domésticas ou cuidar de crianças, milhares de mulheres se juntaram nas ruas para reivindicar igualdade salarial e entre os gêneros. Essa greve é considerada um divisor de águas para situar a Islândia na vanguarda da luta pelos direitos das mulheres, entre as sociedades mais igualitárias e como o país mais feminista do mundo. Ironicamente, quatro décadas depois, em um cenário quase ideal de feminização do Parlamento (44%) e de cargos de liderança em empresas (40%), elas ainda ganham menos do que os homens no exercício das mesmas funções. A recorrência das desigualdades de gênero leva as islandesas outras vezes às ruas. Por conta disso, elas também protagonizam o *Outubro Feminista*; seus protestos são contra o machismo e

as diferenças salariais. Em 2016, as islandesas interrompem as suas atividades e vão para as ruas, diariamente, às 14h38min. O horário parece inusitado. No entanto, essa hora é cronometrada, uma vez que a partir daí elas passam a trabalhar de graça, considerando que recebem 17% menos que os homens. Conforme projeções estatísticas, a igualdade salarial deve ocorrer no país apenas em 2068, por conseguinte, não antes de meio século. Isso evidencia o fato de a cultura do machismo resistir tanto em sociedades desenvolvidas quanto nas mais igualitárias.

Voltando ao ciclo, as estadunidenses aderem à greve internacional do 8 de março no contexto dos protestos contra o governo Trump, de 21 de janeiro de 2017. Na esteira dessa mobilização, um grupo de ativistas e acadêmicas feministas, entre elas teóricas influentes como Angela Davis e Nancy Fraser, endossa os chamados à greve global. Em documento publicado no *The Guardian* (6/02/2017), o grupo atribui aos feitos das polonesas e das argentinas (Outubro Feminista) - sem esquecer-se das islandesas de 1975 - a potência “de uma nova onda de luta feminista militante”. A ela pretendem se somar para consolidar essa nova onda, como realçado, inspiradas no movimento argentino “Ni Una Menos”. Daí a perspectiva de envolver o feminismo dos 99% em uma greve planetária. O feminismo de e para 99% enfatiza os direitos sociais contra o 1% dos detentores da riqueza global; “a solidariedade com as trabalhadoras em geral, suas famílias e demais aliados do movimento em todo o mundo”. “A ideia é mobilizar mulheres, incluindo as transgênero e todos os que as apoiam, num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; de abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denúncia de políticos e empresas misóginas, greves em instituições educacionais.”

Fechado o ciclo, provisoriamente, algumas considerações se fazem necessárias. Pelo exame dos antecedentes das articulações das mulheres é possível mapear os motivos, as circunstâncias e os eventos propulsores para tal. Esses antecedentes dão luz aos conteúdos e às implicações da definição de agendas. Um breve apanhado das lutas feministas ao redor do mundo revela problemas comuns a diferentes países, estejam as mulheres em sociedades mais desenvolvidas ou nas menos avançadas. Com certeza, a efervescência política em curso nos países do Norte não se assemelha a dos países do Sul, porém a discriminação e a violência de gênero seguem latentes, independentemente dos avanços das suas cidadãs na luta pela igualdade. Assim, a paralisação (greve) é também uma insubordinação dos feminismos contra as ofensivas neoconservadoras reerguidas em diferentes nações para ameaçar os avanços da geração de uma nova cultura de não discriminação.



O foco atual das mobilizações é compartilhar uma nova agenda feminista internacional, preservada a autonomia das demandas e o histórico de lutas de cada nação

\* Professora do Programa de Pós-graduação de Ciência Política/UFRRS